

PETIÇÃO Nº 62/XII/1ª

Remetido
à 8ª Comissão
(Educação, Ciência
e Cultura)
f. p. h.
30.11.11

PETIÇÃO
AS ARTES E A CULTURA PARA ALÉM DA CRISE

Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva
Victor Alexandre Simão Pinto Ângelo

Nome do 2º Peticionante ou de Pessoa Colectiva
Nuno Góis da Costa Nogueira

Nome do 3º Peticionante ou de Pessoa Colectiva
António Ângelo de Jesus Ferreira de Vasconcelos

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete da Presidente |
| Nº de Entrada <u>422154</u> |
| Classificação <u>15/02/11/11</u> |
| Data <u>29.11.2011</u> |

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. Ap. f. Vice-Presidente,
J. Paulo Rodrigues
nº 30.11.2011

PETIÇÃO

AS ARTES E A CULTURA PARA ALÉM DA CRISE

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Cabe à Assembleia da República e demais órgãos de soberania cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa. No que concerne ao papel da Cultura na Sociedade Portuguesa dispõe o n.º 2 do artigo 78º que “incumbe ao Estado assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como a corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio”.

Assim, considerando que:

1. As artes, a cultura e a criatividade apresentam-se como uma rede alargada de actores institucionais e não institucionais, públicos, privados e do terceiro sector que contribuem, de modos diversificados, para o desenvolvimento humano, social e económico com impactos significativos em múltiplos domínios.
2. Hoje, depois de sucessivos desinvestimentos, a Cultura é cada vez mais empurrada para a sua mercantilização, submetendo-se deste modo a lógicas de mercado que afunilam e constroem o seu enorme potencial transformador.
3. Apesar de vários estudos, tanto nacionais como internacionais, terem revelado sucessivamente que a Cultura cria retornos não negligenciáveis, quer em termos do crescimento económico como em termos de criação de emprego, uma visão puramente economicista condenará a Cultura a ser apenas um mero acto de entretenimento “inócuo” ou um usufruto exclusivo das “elites”.
4. Existem actividades artísticas e culturais que dificilmente sobrevivem a lógicas reguladas pela oferta e pela procura. Por outro lado, os diferentes sectores artísticos, culturais e criativos têm dinâmicas de crescimento desiguais, sejam elas relacionadas com as fortes assimetrias regionais, práticas de especialização ou mesmo com a capacidade dos diferentes públicos para adquirir e usufruir dos bens culturais.
5. A importância das artes e da cultura para o desenvolvimento da sociedade portuguesa contrasta com a permanente precariedade cultural existente na sociedade portuguesa, especialmente quando comparada com as suas congéneres europeias e o seu estrangulamento financeiro e a contínua falta de uma visão integrada dificultam ainda mais a sua actividade e intensificam os seus problemas.
6. A relação entre as artes, os mecanismos de produção, de recepção e de fruição apresentam contornos em que só a existência de parcerias alargadas podem, de diferentes modos, possibilitar a existência social de determinada obra ou projecto artístico mais consolidado ou mais experimental.

7. Cabe ao Estado o serviço público na área da Cultura de modo a que ela possua a independência de pensamento e criação absolutamente necessários para a sua existência e difusão.

Deste modo, “se a cultura pode contribuir para combater a crise” devendo neste plano o “Estado fazer uma intervenção mais qualificada” os peticionantes solicitam à Assembleia da República que discuta, se pronuncie e tome medidas no sentido de:

- A criação de uma Lei de Bases da Cultura que defina como princípio orientação primordial a Cultura como Serviço Público determinando o dever do Estado como o principal investidor e regulador, de forma a garantir a liberdade de pensamento e criação;
- Determinar que a percentagem do orçamento para a cultura seja estabelecida em, pelo menos, 1% do Orçamento do Estado;
- Estabelecer pontes efectivas ao nível governamental entre a Cultura, a Educação e a Ciência;
- Promover incentivos para a celebração de contratos de trabalho com direitos, pondo termo aos recibos verdes, bem como a criação de mecanismos que sirvam para mitigar os impactos da intermitência neste sector;
- Diversificar as fontes de financiamento para a Cultura e cabendo ao Estado o papel principal do seu financiamento, criar uma nova Lei do Mecenato em que todo o tecido cultural seja abrangido e não, como tem acontecido, beneficiando apenas os grandes eventos;
- Disponibilizar de forma célere e desburocratizada os financiamentos comunitários alocados ao sector cultural;
- Não aprovar em sede de Orçamento do Estado a penalização que a subida da taxa do IVA representa para este sector, mantendo a taxa reduzida.

Victor Pinto Ângelo
Nuno Góis
António Ângelo Vasconcelos

Os signatários